



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/ES

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA

NUP N. 08285.002267/2026-41

OBJETO: Contratação de serviços de engenharia para a elaboração de projeto executivo e demais documentos técnicos necessários ao desmonte da estrutura metálica anexa ao heliponto, incluindo da plataforma elevatória destinada a equipamentos de combate a incêndio existente, bem como o tratamento do revestimento localizado na face inferior da projeção da laje do piso do heliponto, situado nas dependências da Superintendência Regional da Polícia, nos termos da tabela abaixo, conforme condições Federal no Estado do Espírito Santo (SR/PF/ES), no município de Vila Velha – ES e exigências estabelecidas neste instrumento.

SUMÁRIO

[TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES](#)

[SUMÁRIO](#)

[DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS](#)

[1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO](#)

[1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia](#)

[1.2. Classificação como serviço comum ou especial](#)

[2. REGIMES DE EXECUÇÃO](#)

[3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA](#)

[4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA](#)

[5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS](#)

[6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS](#)

[7. CUSTOS DIRETOS](#)

[8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS](#)

[9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA](#)

[10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI](#)

[11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS](#)

[12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO](#)

[13. PROJETO EXECUTIVO](#)

[14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA](#)

[15. VISTORIA](#)[16. SUBCONTRATAÇÃO](#)[17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO](#)[18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS](#)[19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS](#)[20. GARANTIA DA EXECUÇÃO](#)[21. DA SUSTENTABILIDADE](#)

DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

O objeto da presente licitação constitui () OBRA / (X) SERVIÇO DE ENGENHARIA, sob a seguinte justificativa:

A contratação pretendida compreende a elaboração de projeto executivo, levantamentos técnicos, diagnósticos estruturais, análises de engenharia, planejamento técnico de desmontagem controlada de estruturas metálicas, definição de procedimentos executivos, estudos de segurança estrutural e ocupacional, bem como a elaboração de documentação técnica especializada destinada à futura execução dos serviços.

As atividades previstas demandam conhecimento técnico especializado e atuação de profissionais legalmente habilitados junto ao CREA, envolvendo atribuições privativas de engenharia, especialmente no que se refere à análise estrutural, avaliação de interferências, definição de métodos executivos de desmontagem, planejamento de medidas de segurança, elaboração de projetos e emissão da respectiva ART.

O objeto não se enquadra como obra de engenharia, uma vez que não contempla a execução direta de construção.

Trata-se, portanto, predominantemente, de atividade intelectual especializada de engenharia, voltada à elaboração de projetos, estudos, diagnósticos, especificações técnicas e planejamento executivo para futura intervenção na estrutura existente, caracterizando-se como serviço comum de engenharia, ainda que envolva elevado grau de responsabilidade técnica.

Adicionalmente, as intervenções associadas ao objeto possuem caráter pontual e localizado, relacionadas ao planejamento técnico do desmonte de estruturas existentes e ao tratamento de elementos construtivos específicos, sem alteração da finalidade da edificação ou criação de nova obra civil.

1.2. Classificação como serviço comum ou especial

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é () COMUM / (X) ESPECIAL, sob a seguinte justificativa:

Os serviços de engenharia para elaboração do projeto executivo e demais documentos técnicos possui alta heterogeneidade, complexidade e natureza predominantemente intelectual, não limitado a padrões pré-definidos. Além disso, exige alto nível de detalhamento técnico, intelectualidade e conhecimento especializado para garantir a qualidade, segurança e viabilidade da obra.

2. REGIMES DE EXECUÇÃO

Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a **justificativa** abaixo:

- ☐ empreitada por preço unitário
- ☒ empreitada por preço global
- ☐ empreitada integral
- ☐ contratação por tarefa
- ☐ contratação integrada
- ☐ contratação semi-integrada
- ☐ fornecimento e prestação de serviço associado

A presente contratação será executada sob o regime de empreitada por preço global, nos termos do art. 46, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço de engenharia cujo escopo, entregáveis, etapas, requisitos técnicos e produtos finais encontram-se suficientemente definidos no Termo de Referência e respectivos anexos.

O objeto consiste na elaboração de projeto executivo, levantamentos técnicos, diagnósticos, estudos de engenharia, planejamento técnico de desmontagem e produção de documentação técnica especializada, possuindo escopo previamente delimitado, com entregáveis objetivos, passíveis de definição clara quanto ao conteúdo, prazo e critérios de aceitação.

Diferentemente de obras ou serviços executivos sujeitos a elevada variabilidade de quantitativos em campo, a presente contratação possui predominância de atividades intelectuais e técnicas de engenharia consultiva, cujos produtos finais podem ser adequadamente especificados e precificados previamente, permitindo a formulação de proposta global com margem adequada de previsibilidade.

Nesse contexto, a adoção da empreitada por preço global mostra-se tecnicamente mais adequada e mais vantajosa para a Administração, uma vez que:

- a) permite maior previsibilidade orçamentária e financeira da contratação;
- b) favorece a gestão contratual orientada por entregáveis e resultados;
- c) reduz riscos relacionados à fragmentação excessiva de medições;
- d) minimiza a ocorrência de alterações quantitativas frequentes durante a execução contratual;
- e) estimula o adequado planejamento técnico pela contratada.

Conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 1.977/2013 – Plenário, o regime de empreitada por preço global deve ser adotado quando for possível definir previamente, com adequado grau de precisão, os serviços a serem executados, situação verificada na presente contratação.

Adicionalmente, destaca-se que o objeto não corresponde à execução direta de obra de reforma ou intervenção física continuada sujeita a elevada imprevisibilidade de quantitativos, mas sim à elaboração de projetos, estudos e documentos técnicos especializados, circunstância que reduz significativamente as incertezas típicas associadas a contratos de execução por preço unitário.

Quanto aos critérios de aceitabilidade de preços, será adotado o critério de julgamento pelo menor preço global, observando-se os limites máximos estabelecidos pela Administração, em conformidade com a Súmula TCU nº 259, que dispõe:

“Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a definição do critério de aceitabilidade dos preços unitários e global, com fixação de preços máximos para ambos, é obrigação e não faculdade do gestor.”

Dessa forma, conclui-se que o regime de empreitada por preço global é o que melhor atende aos princípios da eficiência, economicidade, previsibilidade contratual e adequada gestão do objeto da contratação.

3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

No presente feito, o (X) Projeto Básico / documentos técnicos foram elaborados por profissional habilitado de (X) engenharia, () arquitetura ou () técnico industrial, com a emissão da (X) ART, () RRT ou () TRT.

4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

Na presente licitação:

☒ (X) FOI observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021;

☐ () FORAM adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil;

☐ () FORAM adotados custos unitários superiores aos custos unitários de referência do SINAPI para determinados itens do orçamento, conforme justificativa do relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos.

No orçamento da presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no SINAPI,

☒ (X) FORAM adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida:

☐ () utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso (*citar as fontes e justificar a pertinência técnica da opção*):

No orçamento da presente contratação, considerando a natureza técnica e especializada do objeto, relacionada à elaboração de projeto executivo, levantamentos técnicos, análises estruturais, planejamento de desmontagem controlada e demais documentos técnicos vinculados ao heliponto da SR/PF/ES, constatou-se que os referenciais tradicionais de custos da construção civil não representavam adequadamente a realidade do objeto pretendido.

Em razão da singularidade e especificidade dos serviços técnicos envolvidos, especialmente por se tratar de solução não padronizada e pouco usual em contratos convencionais de projetos estruturais, optou-se pela adoção exclusiva de pesquisa direta de preços junto a empresas especializadas na prestação dos serviços objeto da contratação, por se tratar da metodologia mais representativa, aderente e compatível com a realidade mercadológica do objeto.

Dessa forma, não foram adotadas outras formas de aferição de preços previstas no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que a pesquisa direta com fornecedores especializados demonstrou-se tecnicamente mais adequada para obtenção de valores compatíveis com a complexidade, escopo e especificidades da solução pretendida.

As pesquisas de preços foram realizadas diretamente com empresas que atuam no segmento de engenharia consultiva, projetos estruturais, análises técnicas e serviços correlatos ao objeto contratado, observando-se critérios de compatibilidade técnica, especialização, contemporaneidade das propostas e aderência ao escopo da contratação.

Os orçamentos obtidos encontram-se devidamente juntados aos autos e refletem valores praticados no mercado para serviços de natureza semelhante, atendendo aos princípios da razoabilidade, economicidade e vantagem para a Administração.

5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento da presente obra ou serviço:

☐ () foi/foram juntadas a(s) ☒ (X) planilha(s) sintética(s) e a(s) ☒ (X) planilha(s) analítica(s)

☒ (X) NÃO foi/foram juntadas a(s) ☐ () planilha(s) sintética(s) e a(s) ☐ () planilha(s) analítica(s).

A presente contratação não envolve execução direta de obra ou serviço de engenharia com medição de quantitativos executivos típicos de contratos de construção civil, razão pela qual não se mostrou aplicável a elaboração de planilhas orçamentárias analíticas e sintéticas nos moldes tradicionais utilizados para obras públicas.

O objeto consiste predominantemente na prestação de serviços técnicos especializados de engenharia consultiva, abrangendo levantamentos, diagnósticos, análises estruturais, elaboração de projeto executivo, planejamento técnico de desmontagem e demais documentos técnicos correlatos, cuja precificação foi realizada mediante pesquisa direta de mercado junto a empresas especializadas na prestação dos serviços. Dessa forma, o orçamento estimativo da contratação foi fundamentado em pesquisas de preços obtidas diretamente com fornecedores especializados, não havendo composição detalhada de custos unitários baseada em insumos, coeficientes de produtividade ou serviços executivos típicos de planilhas referenciais de obras.

O documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias:

() consta nos autos.

(X) NÃO consta nos autos.

Considerando a inexistência de planilhas analíticas de composição de custos unitários, não se aplica a emissão de documento específico de responsabilidade técnica vinculado à elaboração de planilhas orçamentárias de obra.

Na presente licitação:

(X) foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

() NÃO foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

As pesquisas de preços e referências adotadas observaram a contemporaneidade dos valores praticados no mercado especializado, bem como a compatibilidade técnica com os serviços objeto da contratação.

6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento de referência da presente licitação:

() foram adotadas **apenas** composições de custos unitários oriundas do **SINAPI**, **sem** adaptações;

() foram adotadas composições “**adaptadas**” do **SINAPI**, nos termos do art. 8º do Decreto n. 7.983, de 2013, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes;

(X) foram adotadas composições “**próprias**”, extraídas de fontes **extra-SINAPI**, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

Em razão da singularidade do objeto e da baixa padronização dos serviços técnicos envolvidos, foram adotadas composições próprias e pesquisas diretas de mercado obtidas junto a empresas especializadas na prestação dos serviços correlatos ao objeto contratado, por representarem metodologia mais compatível com a realidade mercadológica da contratação.

As referências utilizadas foram fundamentadas em consultas técnicas e orçamentos fornecidos por empresas atuantes no segmento de engenharia consultiva, projetos estruturais, análises técnicas e serviços especializados correlatos, observando-se critérios de compatibilidade técnica, especialização do fornecedor, aderência ao escopo da contratação e contemporaneidade dos preços.

As composições e pesquisas utilizadas encontram-se devidamente juntadas aos autos, garantindo transparência, rastreabilidade e possibilidade de verificação pelos interessados e órgãos de controle.

7. CUSTOS DIRETOS

No orçamento de referência da presente contratação, os custos diretos compreendem exclusivamente os componentes de preço passíveis de identificação, quantificação e mensuração objetiva, observando-se a compatibilidade com a natureza técnica do objeto contratado e com os parâmetros definidos na Lei nº 14.133/2021.

Especificamente em relação aos custos de administração local:

(X) NÃO se aplica a adoção de composição específica de administração local, em razão das características do objeto contratado.

A presente contratação possui natureza predominantemente intelectual e técnica, relacionada à elaboração de projeto executivo, levantamentos, análises estruturais, planejamento técnico de desmontagem e demais documentos técnicos especializados, não envolvendo a execução direta de obra civil, canteiro de obras permanente, mobilização contínua de equipes operacionais ou manutenção de estrutura administrativa física dedicada no local da execução.

Dessa forma, não há previsão de instalação de administração local típica de contratos de execução de obras e serviços de engenharia executivos, tais como equipe permanente de campo, instalações provisórias, apoio

operacional contínuo, almoxarifado, controle de produção em obra ou estrutura fixa de gerenciamento presencial.

Por essa razão, não foram adotados percentuais específicos de administração local vinculados aos parâmetros do Acórdão TCU nº 2.622/2013 – Plenário, considerando que tais referenciais são direcionados, predominantemente, a contratos de execução de obras civis e serviços executivos com estrutura operacional contínua em campo.

Os custos administrativos inerentes à execução contratual encontram-se absorvidos na composição global dos preços ofertados pelas empresas consultadas na pesquisa de mercado, compatíveis com a natureza dos serviços técnicos especializados objeto da contratação.

Em relação ao cronograma físico-financeiro:

(X) PREVÊ pagamentos proporcionais para os custos diretos, em especial quanto ao de administração local, para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra, ao invés de reproduzir percentuais fixos.

() NÃO FORAM PREVISTOS pagamentos proporcionais para os custos diretos, incluindo os de administração local, para cada período de execução contratual, sob a seguinte justificativa:

A sistemática de pagamento adotada está vinculada aos entregáveis técnicos da contratação, tais como levantamentos, diagnósticos, pré-projeto, projeto executivo, documentação técnica e demais produtos previstos no Termo de Referência, garantindo correlação adequada entre execução contratual, fiscalização e desembolso financeiro.

Não se aplica, portanto, a previsão de pagamentos vinculados a custos típicos de administração local de obra, uma vez que o objeto contratado não demanda estrutura administrativa permanente no local de execução.

8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

Na presente licitação:

() foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos (X) INSUMOS e (X) SERVIÇOS.

(X) NÃO foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos () INSUMOS e aos () SERVIÇOS, sob seguinte **justificativa**:

A presente contratação possui natureza predominantemente técnica e intelectual, voltada à elaboração de projeto executivo, levantamentos técnicos, análises estruturais, planejamento técnico de desmontagem e demais documentos especializados de engenharia consultiva, não consistindo em contratação típica de execução de obra civil com grande volume de insumos, materiais e serviços executivos passíveis de consolidação estatística por Curva ABC.

Adicionalmente, o orçamento estimativo da contratação foi elaborado com base em pesquisa direta de preços junto a empresas especializadas na prestação dos serviços objeto da contratação, não tendo sido estruturado a partir de composições analíticas extensas de insumos, materiais, equipamentos e serviços executivos que justificassem tecnicamente a elaboração de Curvas ABC.

Nesse contexto, a elaboração de Curvas ABC de insumos e serviços não se mostra aplicável nem útil como instrumento de gestão, fiscalização ou análise de representatividade financeira do objeto, uma vez que os custos da contratação estão concentrados predominantemente em serviços técnicos especializados de engenharia consultiva, cujo valor decorre principalmente da expertise técnica, responsabilidade profissional, análises técnicas e desenvolvimento intelectual dos produtos contratados.

Dessa forma, considerando as características específicas do objeto e a metodologia adotada para composição do orçamento estimativo, concluiu-se pela inaplicabilidade da elaboração de Curvas ABC de insumos e serviços na presente contratação.

9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

(X) NÃO SE APLICA.

A presente contratação possui natureza predominantemente técnica e intelectual, relacionada à prestação de serviços especializados de engenharia consultiva, elaboração de projetos, levantamentos técnicos, análises estruturais e planejamento técnico de desmontagem, não envolvendo execução direta de obra civil com composição analítica de encargos sociais e mão de obra operacional típica de contratos sujeitos à avaliação de regime de desoneração tributária.

Adicionalmente, a estimativa orçamentária foi fundamentada em pesquisas de preços obtidas diretamente junto a empresas especializadas na prestação dos serviços objeto da contratação, refletindo os valores efetivamente praticados no mercado para soluções técnicas compatíveis com o escopo contratado.

Dessa forma, considerando a metodologia de precificação adotada e as características específicas do objeto, concluiu-se pela inaplicabilidade da adoção de custos desonerados ou não desonerados nos moldes tradicionais aplicáveis a obras e serviços executivos de engenharia.

10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

(X) NÃO SE APLICA.

A presente contratação não envolve execução direta de obra ou serviço de engenharia com composição analítica de custos unitários, medições executivas, mobilização de canteiro, aquisição relevante de insumos ou estrutura operacional típica de obras civis que demandem a elaboração formal de composição de Benefícios e Despesas Indiretas – BDI.

O objeto possui natureza predominantemente técnica e intelectual, relacionado à elaboração de projeto executivo, levantamentos técnicos, análises estruturais, planejamento técnico de desmontagem e demais serviços especializados de engenharia consultiva, cuja estimativa orçamentária foi fundamentada em pesquisas de preços realizadas diretamente junto a empresas especializadas na prestação dos serviços. Dessa forma, os valores referenciais adotados refletem preços globais praticados pelo mercado especializado, já contemplando os custos indiretos, despesas administrativas, tributos, riscos operacionais, encargos e margem de remuneração das empresas consultadas, não sendo aplicável a segregação formal de parcelas típicas de composição de BDI previstas para contratos de execução de obras civis.

Assim, considerando as características específicas da contratação e a metodologia de precificação adotada, concluiu-se pela inaplicabilidade do detalhamento formal de BDI nos moldes do Acórdão TCU nº 2.622/2013 – Plenário.

11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

(X) NÃO SE APLICA.

A presente contratação não envolve execução direta de obra civil, fornecimento relevante de materiais incorporáveis, aquisição de equipamentos de grande vulto ou composição orçamentária estruturada por itens de fornecimento segregáveis que justifiquem a aplicação de BDI reduzido.

O objeto possui natureza predominantemente técnica e intelectual, relacionado à prestação de serviços especializados de engenharia consultiva, abrangendo levantamentos técnicos, análises estruturais, elaboração de projeto executivo, planejamento técnico de desmontagem e demais documentos técnicos correlatos.

A estimativa orçamentária foi elaborada com base em pesquisas de preços obtidas diretamente junto a empresas especializadas na prestação dos serviços objeto da contratação, cujos valores já contemplam, de forma global, os custos indiretos, despesas administrativas, encargos, tributos, riscos e margem de remuneração praticados pelo mercado.

Dessa forma, não há segregação relevante entre parcelas de fornecimento de materiais/equipamentos e parcelas de execução de serviços que justifique tecnicamente a adoção de BDI reduzido nos termos do art. 9º, §1º, do Decreto nº 7.983/2013 e do Acórdão TCU nº 2.622/2013 – Plenário.

Adicionalmente, não se aplica à presente contratação a elaboração de composições específicas de BDI para materiais e equipamentos, uma vez que o objeto não contempla fornecimento autônomo de itens passíveis de parcelamento econômico ou contratação independente sem prejuízo da solução técnica pretendida.

12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro:

(X) FOI juntado aos autos

☐ NÃO foi juntado aos autos.

Na hipótese de ter sido adotado o regime de empreitada por preço global, o cronograma físico-financeiro:

☒ DEFINE com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

☐ NÃO define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

13. PROJETO EXECUTIVO

☐ FORAM elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, juntados aos autos e divulgados com o edital da licitação;

☒ NÃO FORAM elaborados os projetos executivos, sendo tal atribuição expressamente repassada à contratada, com os custos contemplados na planilha orçamentária elaborada. Nessa hipótese, ☒ ATESTO que o projeto básico e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos executivos pela contratada.

Compete à contratada o desenvolvimento das soluções técnicas definitivas, incluindo levantamentos complementares, análises estruturais, compatibilizações, detalhamentos executivos e demais estudos necessários à perfeita caracterização da solução de engenharia a ser adotada.

Também será de responsabilidade da contratada a realização das verificações técnicas necessárias, compatibilização dos projetos, eventuais adequações decorrentes das análises técnicas desenvolvidas, bem como a obtenção de aprovações, licenças, autorizações e documentos eventualmente exigidos pelos órgãos competentes, quando aplicável ao escopo contratado.

As soluções técnicas desenvolvidas deverão observar integralmente as normas técnicas aplicáveis, legislações vigentes, exigências dos órgãos de controle e regulamentações pertinentes ao objeto da contratação.

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Registro da empresa no conselho profissional

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao ☒ CREA , com base na seguinte justificativa técnica:

A exigência possui como finalidade demonstrar que a empresa atua regularmente no segmento técnico relacionado ao objeto da contratação e que possui habilitação legal para o exercício das atividades de engenharia pertinentes aos serviços contratados.

Considerando que o objeto contempla elaboração de projeto executivo, levantamentos técnicos, análises estruturais, planejamento técnico de desmontagem e demais serviços especializados de engenharia consultiva, admite-se a participação de empresas registradas no CREA, desde que possuam responsáveis técnicos legalmente habilitados e compatíveis com as atividades efetivamente desenvolvidas.

Capacidade técnico-operacional

Na presente licitação:

☒ serão exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a seguir elencadas:

A comprovação deverá ocorrer mediante apresentação de certidões, atestados de capacidade técnica ou documentos equivalentes emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, aptos a demonstrar

experiência anterior da empresa em serviços de complexidade tecnológica e operacional compatível com o objeto da contratação.

Considerando as características específicas do objeto, serão aceitos atestados relacionados à execução de serviços de engenharia consultiva, elaboração de serviços de projetos de engenharia de estruturas de concreto ou de estruturas metálicas ou de projetos de desmontes de estruturas.

Possibilidade de somatório de atestados

Na presente licitação, será () ACEITO ou () VEDADO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte **justificativa técnica**:

Não serão exigidos quantitativos mínimos vinculados a metragem de área construída, tendo em vista que a presente contratação não consiste em execução direta de reforma predial ou obra civil convencional, mas sim em prestação de serviços técnicos especializados de engenharia.

Capacidade técnico-profissional

Na presente licitação:

() NÃO SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional.

(X) SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados:

Atestados e/ou Certidões de Acervo Técnico – CAT que comprovem experiência na elaboração de projetos de engenharia de estruturas (de concreto ou metálicas), análises estruturais e planejamento técnico aplicados a desmontes, demolições controladas ou intervenções estruturais em edificações.

A exigência possui como finalidade assegurar que o profissional responsável técnico indicado pela futura contratada detenha experiência compatível com a complexidade técnica das atividades relacionadas ao objeto, especialmente quanto às análises estruturais, planejamento de desmontagem, definição de procedimentos executivos e desenvolvimento das soluções técnicas necessárias à elaboração do projeto executivo.

() SERÁ, excepcionalmente, exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos documentos de ART/RRT, com base na seguinte justificativa:

(X) NÃO será exigida comprovação de quantitativos mínimos em ART/RRT ou CAT, considerando a natureza predominantemente técnica e intelectual do objeto contratado, bem como o entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União quanto à necessidade de observância dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e ampla competitividade nas exigências de qualificação técnico-profissional.

15. VISTORIA

Na presente licitação, a realização de vistoria será (X) FACULTATIVA ou () OBRIGATÓRIA, e o licitante (X) PODERÁ ou () NÃO PODERÁ substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica:

De acordo com o entendimento manifestado pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão 170/2018 – Plenário (Informativo 339), a vistoria prévia deixa de ser uma obrigação passível de ser imposta pela Administração, e se transforma em um direito das empresas licitantes, que podem solicitar ao órgão responsável pelo certame a verificação prévia das condições do local onde os serviços serão executados.

Serão fornecidos projetos, a fim de viabilizar a ampla participação. Ademais, se o licitante quiser poderá visitar o local da obra conforme agendamento.

16. SUBCONTRATAÇÃO

O órgão assessorado (X) NÃO ADMITIU ou () ADMITIU a subcontratação parcial na presente licitação, sob as seguintes condições e **justificativas** técnicas:

O órgão assessorado NÃO ADMITIU a subcontratação parcial na presente contratação, pelas razões técnicas a seguir expostas.

Considerando a natureza predominantemente técnica e intelectual do objeto, relacionada à elaboração de projeto executivo, levantamentos técnicos, análises estruturais, planejamento técnico de desmontagem e demais serviços especializados de engenharia consultiva, concluiu-se que a execução integrada e centralizada das atividades pela própria contratada constitui medida necessária para assegurar a adequada coordenação técnica, compatibilização das soluções, uniformidade metodológica e responsabilização integral pela solução desenvolvida.

As atividades previstas no escopo contratual possuem elevado grau de interdependência técnica, exigindo atuação coordenada entre os profissionais responsáveis pelos levantamentos, diagnósticos, análises estruturais, definições executivas e desenvolvimento das soluções técnicas aplicáveis ao objeto.

A eventual fragmentação da execução mediante subcontratação poderia comprometer a rastreabilidade técnica das soluções adotadas, dificultar a definição de responsabilidades, gerar incompatibilidades entre documentos técnicos e aumentar os riscos relacionados à qualidade, consistência e segurança das soluções de engenharia produzidas.

Adicionalmente, considerando que o objeto envolve atividades relacionadas à estrutura vinculada ao heliponto da SR/PF/ES, entendeu-se necessária a manutenção da responsabilidade técnica integral da contratada sobre todas as etapas dos serviços, inclusive quanto às análises, estudos, levantamentos, verificações estruturais e elaboração dos produtos técnicos.

Dessa forma, não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, permanecendo a futura contratada integralmente responsável pela execução de todas as atividades previstas no Termo de Referência, bem como pela emissão da respectiva ART e pela qualidade técnica dos produtos entregues.

17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

Na presente contratação:

(X) será exigida comprovação de capital mínimo.

() NÃO será exigida comprovação de patrimônio líquido mínimo ou capital mínimo como requisito de habilitação econômico-financeira.

18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação, será

() PERMITIDA a participação de consórcios. *(Não é necessário justificar)*

(X) VEDADA a participação de consórcios, com base na seguinte **justificativa**:

A vedação à participação de consórcios decorre da natureza, porte e complexidade do objeto contratado, que não demandam a conjugação extraordinária de capacidades técnicas, operacionais ou econômico-financeiras de múltiplas empresas para sua adequada execução.

O objeto da contratação consiste na prestação de serviços técnicos especializados de engenharia consultiva, abrangendo levantamentos técnicos, análises estruturais, elaboração de projeto executivo, planejamento técnico de desmontagem e demais documentos correlatos, atividades amplamente executáveis por empresas especializadas do mercado, de forma individual, mediante qualificação técnica compatível.

A contratação não possui vulto financeiro elevado, complexidade operacional extraordinária ou características excepcionais que justifiquem a ampliação da capacidade técnica mediante associação empresarial em regime de consórcio.

Nesse contexto, a admissão de consórcios poderia reduzir a competitividade do certame, ao favorecer a concentração de mercado e diminuir o universo potencial de licitantes aptos a participar individualmente da disputa, em afronta aos princípios da competitividade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa.

O entendimento encontra respaldo na jurisprudência do Tribunal de Contas da União, especialmente no Acórdão TCU nº 1.316/2010 – Plenário, segundo o qual a participação de consórcios deve ser avaliada à luz da complexidade e do vulto do objeto licitado, sendo admissível sua restrição quando não demonstrada a necessidade técnica de associação entre empresas para execução contratual. Dessa forma, considerando as características da presente contratação, concluiu-se pela vedação à participação de empresas reunidas em consórcio.

19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Na presente licitação, será () VEDADA ou (X) PERMITIDA a participação de cooperativas, com base na seguinte **justificativa**:

O órgão licitante deve analisar com cautela as características do serviço que pretende contratar, especialmente quanto às diversas obrigações dos trabalhadores que executarão os serviços, para verificar se, no caso concreto, as tarefas seriam passíveis de execução com autonomia pelos cooperados, sem relação de subordinação, seja entre a cooperativa e os cooperados, seja entre estes e a Administração – conforme a diretriz do artigo 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

Segundo a Súmula 281 do TCU: É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.

De igual modo, o Parecer n. 096/2015/DECOR/CGU/AGU (00407.004648/2014-96, Seq. 14) tem a seguinte ementa:

DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO DO TRABALHO. DIVERGÊNCIA CARACTERIZADA ENTRE A PROCURADORIA-GERAL FEDERAL E A PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO – RESTA INCÓLUME O TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A UNIÃO, QUE TRATA DA VEDAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVAS DE TRABALHO PARA EXECUÇÃO DE DETERMINADOS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, MESMO DIANTE DA SUPERVENIÊNCIA DAS LEIS Nº 12.690, DE 2012, E Nº 12.349, DE 2010 – SERVIÇOS OBJETO DO TERMO QUE, POR SUA NATUREZA, CARACTERIZAM-SE PELA EXECUÇÃO MEDIANTE VÍNCULO EMPREGATÍCIO, COM SUBORDINAÇÃO, PESSOALIDADE, ONEROSIDADE E HABITUALIDADE.

I – As Cooperativas de Trabalho, na forma da Lei nº 12.690, de 2012, são sociedades constituídas para o exercício de atividades laborais em proveito comum, com autonomia coletiva e coordenada, mediante autogestão e adesão voluntária e livre.

II - Os serviços abrangidos pelo termo de conciliação judicial firmado entre a União e o Ministério Público do Trabalho se caracterizam pela pessoalidade, subordinação e não eventualidade.

III – Vedação à participação de cooperativas nos certames afetos a aludidos serviços que não ofende às Leis nº 12.690, de 2012, e nº 12.349, de 2010, uma vez que são admitidas apenas, e obviamente, a participação de verdadeiras cooperativas nas licitações, proibindo-se expressamente a utilização de cooperativa para fins de intermediação de mão de obra subordinada.

IV – Proscrição que se volta para proteger os valores sociais do trabalho e prevenir a responsabilização da União por encargos trabalhistas.

Consequentemente, antes de se admitir a participação de cooperativas em uma licitação de obras e serviços de engenharia, é necessário averiguar se há "...necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e de habitualidade..." na execução do contrato que será celebrado. Portanto, demandando a existência de relação de emprego dos trabalhadores vinculados à execução do ajuste, não será possível a participação de cooperativas no certame. E geralmente consta a previsão de utilização de diversos profissionais que, "...pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral...", implica em subordinação jurídica da empresa contratada e dos respectivos trabalhadores.

Ademais, a participação de cooperativas só deve ser permitida quando a gestão operacional do serviço puder ser executada de forma compartilhada ou em rodízio, pelos próprios cooperados – e os serviços contratados também deverão ser executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedada qualquer intermediação ou subcontratação. Em caso positivo, a participação de cooperativas será permitida. Do contrário, deve ser vedada a participação de cooperativas no certame.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Na presente licitação, será (X) EXIGIDA ou () DISPENSADA a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte **justificativa**:

A exigência de garantia da contratação confere maior qualidade dos serviços prestados, cumprimento dos prazos e responsabilidade do prestador de serviços, reduzindo os riscos de falhas, atrasos, inexecução e custos inesperados. É uma medida adicional de cautela que, pelas especificidades do objeto, se faz necessária, para possibilitar que a Administração obtenha, de forma simplificada e mais rápida, a indenização do contratado por eventuais prejuízos.

A garantia contratual é um mecanismo que protege a Administração Pública contra riscos de inadimplemento da contratada. Ela assegura que, se a empresa vencedora da licitação não cumprir o contrato (total ou parcialmente), o poder público terá meios de: ressarcir prejuízos financeiros; garantir a continuidade do objeto contratado; cobrir multas, indenizações e obrigações trabalhistas ou previdenciárias não cumpridas.

Embora a presente contratação possua natureza predominantemente técnica e intelectual, relacionada à elaboração de projetos, levantamentos, análises estruturais e planejamento técnico especializado, os serviços envolvem atividades de elevada responsabilidade técnica, diretamente relacionadas à definição de soluções aplicáveis à estrutura vinculada ao heliponto da SR/PF/ES.

Eventuais falhas técnicas, atrasos ou inexecução contratual podem impactar significativamente o planejamento institucional, a segurança das futuras intervenções e a continuidade das atividades administrativas relacionadas ao objeto.

Nesse contexto, a garantia contratual constitui mecanismo adicional de proteção ao interesse público, assegurando meios mais céleres e eficientes para ressarcimento de eventuais prejuízos, aplicação de penalidades contratuais e cobertura de obrigações não adimplidas pela contratada.

A medida também reforça o compromisso da futura contratada com a adequada execução dos serviços, observância dos prazos, qualidade técnica dos produtos entregues e cumprimento integral das obrigações assumidas.

Adicionalmente, considerando o porte moderado da contratação e o percentual reduzido da garantia, conclui-se que sua exigência não compromete a competitividade do certame nem inviabiliza a participação de empresas aptas à execução do objeto.

21. DA SUSTENTABILIDADE

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, nesta licitação o tomou as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

(X) definiu os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial

(X) verificou se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;

(X) verificou a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015); e

(X) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Nesta licitação, o órgão assessorado entendeu que os serviços objeto desta contratação não se sujeitam aos critérios e práticas de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, sob a seguinte justificativa:

FERNANDO JOSÉ MOSCON IMPERIAL

Escrivão de Polícia Federal
GTED/SELOG/SR/PF/ES
Integrante Técnico



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO JOSE MOSCON IMPERIAL, Escrivão(ã) de Polícia Federal**, em 29/05/2026, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=146262406&crc=D2E31AEE.

Código verificador: **146262406** e Código CRC: **D2E31AEE**.

Referência: Processo nº 08285.002267/2026-41

SEI nº 146262406

Criado por [guignone.gcg](#), versão 13 por [imperial.fjmi](#) em 29/05/2026 14:41:07.